



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6254 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 12 - Filosofia da Educação

Ensino remoto e cuidado de si: adaptação ou precarização da atuação docente?

Cláudia Soave - UCS - Universidade de Caxias do Sul

Geraldo Antonio da Rosa - UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL- CAMPUS

UNIVERSITÁRIO REGIÃO DOS VINHEDOS

Ensino remoto e *cuidado de si*: adaptação ou precarização da atuação docente?

O mundo passa por um período difícil, uma crise que assola não só a saúde, mas revela as mazelas e os descompassos no modo de vida estruturado em um sistema que aposta na sobrevivência econômica acima das necessidades de vida digna. Revelam-se uma série de problemas, decorrentes das desigualdades sociais que nos afligem há tempos, agora exacerbados por uma pandemia desencadeada pelo coronavírus SARS-CoV-2, causador da doença Covid-19.

Por se tratar de uma temática abrangente, que traz características próprias à educação básica e educação superior, não podemos nos ater às particularidades de cada uma, por conta do espaço e do tempo. Trataremos nessa reflexão daquela mais próxima ao nosso cotidiano de trabalho, a educação superior, no que diz respeito à atuação docente, no sentido de que podemos agir criticamente, mesmo condicionados a iniciativas emergenciais que podem tornar-se cotidiano por um longo período.

Com a necessidade de isolamento social as instituições de ensino superior encontraram-se diante da dúvida quanto à manutenção ou suspensão das aulas. Algumas universidades optaram pelo *ensino remoto*, enquanto outras instituições, devido às dificuldades de acesso por parte dos estudantes, resolveram manter apenas atividades complementares, que não serão computadas no calendário acadêmico do ano vigente.

Diante desse contexto, e da nossa experiência como docentes em ensino superior comunitário e público, nos atemos à uma questão: Quais implicações do *ensino remoto* para a atuação docente no que diz respeito ao *cuidado de si*? O objetivo geral é refletir sobre a atuação docente, tendo em vista o uso do *ensino remoto* e sua relação com *cuidado de si*. Como objetivos específicos buscamos: i) considerar as condições de adaptação docente a esse tipo de ensino; e, ii) analisar as implicações ao *cuidado de si*. Com uma abordagem analítica nos apoiaremos em Santos (2020) e em Foucault (1985, 1988), considerando como desencadeamento do texto as demandas profissionais dos professores, atualizadas na experiência com o *ensino remoto*, e suas implicações na atuação docente e, conseqüentemente ao *cuidado de si*.

Quando pensamos em educação mediada pela tecnologia, de imediato nossa atenção se volta ao ensino a distância. Essa modalidade de ensino vem sendo utilizada desde longa data, articulada e conduzida por meio de estudos científicos, estratégias e práticas por parte de cientistas e docentes. Requer domínio de ferramentas de comunicação virtual e digital, de mídias específicas e suas linguagens por parte dos professores, bem como formação específica e aprofundada. Foi prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96) e regulamentada por meio do Decreto nº 9.057, de maio de 2017, artigo 1º, caracterizando-a como

modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017)

Tal descrição caracteriza algumas semelhanças na forma, mas não nas finalidades do *ensino remoto*. Este é uma opção que veio atender a uma emergência, a uma demanda temporária, ou melhor, a um estado de exceção. Ocorre que não sabemos qual será o tempo necessário dessas restrições para isolamento social, em função da Covid-19. E, por isso, um dos pontos que trazemos para o debate é o perigo da exceção tornar-se “normalidade”, parte da rotina e do cotidiano docente.

A actual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980– à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro–, o mundo tem vivido em permanente estado de crise. Uma situação duplamente anómala. Por um lado, a ideia de crise permanente é um oximoro, já que, no sentido etimológico, a crise é, por natureza, excepcional e passageira, e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas. Por outro lado, quando a crise é passageira, ela deve ser explicada pelos factores que a provocam. Mas quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica tudo o resto. (SOUSA, 2020, p. 05)

Tornar a crise um estado de exceção e, posteriormente, usá-la como motivo para garantir a perpetuação de determinada situação é comumente utilizado no contexto mundial e brasileiro. Docentes conhecem a fragilidade deste cenário, em que a crise é assumida no discurso como desculpa para extirpar direitos e retirar investimentos necessários à educação, em que “o estado de exceção, concebido no passado como uma medida essencialmente temporal, converteu-se hoje em uma técnica normal de governo.” (AGAMBEN, 2014, p. 25).

Nesse aspecto, o *ensino remoto* acaba por ocupar, hoje, um lugar de exceção, gerando certas facilidades para suprir necessidades de manutenção das aulas que acabam por diminuir algumas despesas das instituições (energia, internet, limpeza, locação de espaço, equipamentos, entre outros) e injetá-las aos professores, que acabam por não receber nenhum adicional para estes gastos decorrentes do uso de seus próprios recursos pessoais.

A problemática maior está na permanência dessa exceção. Até quando instituições e profissionais conseguirão atuar dessa forma? Se a crise e o discurso sobre ela forem passageiros, ambos lados poderão colaborar. Mas se essa crise seguir os aspectos históricos

de desculpa e desmobilização para atuar nas raízes de nossos problemas, o que esperar? A desculpa da crise financeira poderá se ampliar e as consequências da precarização poderão aumentar.

O setor público já vive um desmonte financeiro e moral e congelamento dos salários dos docentes. Na mesma direção de achatamento, as instituições comunitárias e privadas seguem à risca de uma competição concernente à educação mercantilizada por conta da banalização do ensino e dos interesses comerciais por trás da formação acadêmica. Em contrapartida, o poder de barganha sobre o salário dos professores desmerece a carreira de muitos profissionais que, para não perderem seus empregos, optam por salários menores, não compatíveis com suas qualificações e responsabilidades. Se pensarmos no caso de *ensino remoto* como recurso institucional de médio e longo prazo o cenário ficaria ainda mais inapropriado, pois, além da diminuição dos salários, os professores teriam de usar seus recursos por maior tempo, gerando outras despesas para manutenção e atualização de hardwares e softwares.

Outro fator que prevalece é a escassez do tempo. Se antes o tempo dos docentes já era escasso, ocupado e dividido em diferentes tarefas, com o *ensino remoto* suga-se ainda mais a vida docente, retirando a privacidade e momentos de lazer e descanso, em prol do ensino. Pela facilidade e conveniência, promovem-se mais reuniões virtuais, aumentam-se os materiais para leitura e correção, bem como a necessidade constante para atualização e capacitação com a finalidade de acompanhar as demandas profissionais atreladas à velocidade da máquina, sem considerar que a velocidade do humano é outra.

Não estamos incitando à revolta ou propondo o afastamento de nossas responsabilidades quanto à adaptação a essas tecnologias, tendo em vista as necessidades desses novos tempos, mas tencionando à reflexão e ação sobre nossas práticas a partir dessa desconhecida situação. Se não dedicarmos tempo ao governo de nós mesmos e à colocação de limites, estaremos abrindo espaços para o assujeitamento por outra forma de controle que, com mais rapidez, se apossará da nossa vida, do nosso tempo e dos nossos recursos. É momento de nos ambientarmos a alguns ajustes, contudo não podemos entregar nossas subjetividades ao controle externo.

Um exemplo sobre essa tendência – feito por professores da educação básica, mas pertinente nesta discussão – está em recente publicação sobre a Fragmentação do Ensino, no sítio da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED). Esta divulgou alguns depoimentos de professores associados, relatando as dificuldades enfrentadas durante a pandemia: precarização da educação, internet limitada ou inexistente para muitos alunos, sobrecarga de trabalho, diminuição dos salários. “Nessa rotina que estamos tendo agora é como se o turno de trabalho nunca acabasse.” (SILVA, 2020).

Entendemos que nesse cotidiano adaptado, além da pressão do momento desconhecido e tenso pelo qual estamos passando, insiste-se em transferir responsabilidades e novas demandas aos professores. Não há uma preocupação por parte do Ministério da Educação em juntar esforços, visando uma estratégia que se pautem em possibilidades de recuperação das aulas, considerando a realidade brasileira. Ao contrário, acabamos por assumir atribuições superiores às condições físicas, emocionais, bem como às estruturais de nossos espaços domésticos.

Sublinhamos, não estamos isentando a responsabilidade que nos cabe enquanto docentes, todavia nos preocupa que esse modelo de *ensino remoto* possa estender-se por longo período ou continuamente, e perpetuar-se por meio de uma adaptação forçada, sem que haja preocupação para que essa ferramenta não seja utilizada como bengala de sustentação para um sistema em exaustão.

A adaptação a esses novos tempos é necessária, sem deixar de considerar a realidade da desigualdade e das condições dos discentes, que precisam ser refletidas e ajustadas. Contudo, salientamos a necessidade de um olhar sobre os próprios docentes em sua atuação. Estamos tratando do ensino superior, mas essas mesmas questões podem ser levantadas junto às outras esferas do ensino, visando suas finalidades e prioridades.

Pensando esse cenário em termos de biopolítica “para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana. (FOUCAULT, 1988, p. 134)” é prudente pensarmos que em termos de cálculos e controles sobre os mecanismos que se estabelecem na relação saber-poder, o *ensino remoto* torna-se produtor como ferramenta de controle e redução de custos, inculcando um poder sobre o saber, resignando o saber ao poder da tecnologia, como solução para manter o domínio do saber.

Será que essa lógica não traria mais benefícios às instituições do que propriamente aos docentes e discentes, tanto no atual cenário de pandemia, quanto no pós-pandemia? Sobre essas condições é mister refletirmos e preocuparmo-nos com a atuação docente dentro desses novos moldes, bem como sobre a relação do docente consigo mesmo. Aqui trazemos dois pontos sobre o *cuidado de si*. Um deles como um *alerta* sobre as atuais condições impostas à docência, considerando a impossibilidade de transpor a concepção de *cuidar-se de si* da antiguidade para a atualidade, “a ideia segundo a qual deve-se aplicar-se a si próprio, ocupando-se consigo mesmo (*heautou epimeleisthai*) é, de fato, um tema bem antigo na cultura grega.” (FOUCAULT, 1985 p, 49).

E outro ponto sobre a ampliação da noção de *cuidado de si* para além daquela do senso comum, que a reduz aos cuidados com o corpo, higiene, alimentação, entre outros de natureza material. A compreensão do *cuidado de si* (re)atualizada em muitos discursos disponíveis em ambientes virtuais, de forma simplificada e banalizada numa perspectiva de autoajuda, pode até ter seus efeitos positivos, mas a noção que propomos visa a uma análise que transcende o senso comum, sem desconsiderá-lo.

Para entender a concepção de *cuidado de si* precisamos recorrer ao seu entendimento e à tradução da palavra originária do grego para o francês, sublinhando que existe a possibilidade de perda da essência quando derivada para o português. O tema consagrado por Sócrates foi retomado posteriormente pela filosofia como *arte da existência* e adquiriu dimensões de uma *cultura de si*. Por essa expressão Foucault (1985, p. 50) destaca um conjunto de entendimentos, em que o princípio do *cuidado de si* tomou um alcance geral como preceito de “ocupar-se consigo mesmo”, como tipos de atitude, de maneiras de se comportar e de formas de viver, bem como, desenvolveu-se por meio de práticas, procedimentos, ou seja, culminou em “um certo modo de conhecimento e a elaboração de um saber.”

Tomando os preceitos de alguns filósofos – dentre eles Sócrates, Zenão, Epicteto e Sêneca – a recomendação de *cuidar-se de si*, como arte da existência “não quer dizer que esse zelo esteja reservado para aqueles que escolhem uma vida semelhante à deles; ou que uma tal atitude só seja indispensável durante o tempo que se passe junto a eles. É um princípio válido para todos, todo o tempo e durante toda a vida.” (FOUCAULT, 1985, p. 53). Ou seja, Foucault nos demonstra que há toda uma cultura – permeada em diferentes épocas dentro da idade clássica – que se ocupou desse pensamento acerca do *cuidado de si*, não limitando-o apenas aos sábios.

Passando desse breve sobrevoo, sobre as origens históricas da expressão *cuidado de si*, à tradução do francês para o português, tomamos a nota de rodapé – concernente ao volume III da obra *História da Sexualidade* – (FOUCAULT, 1985, p. 49). Nela o tradutor do

livro explica a expressão da origem *le souci de so* – referente ao grego *epimeleiaheatou* – “a palavra ‘*souci*’ será sempre traduzida por ‘cuidado’, a palavra ‘*soin*’ por ‘cuidados’; e a palavra ‘*préoccupation*’ por ‘preocupação’.”

Para Gallo (2019, p. 6) o termo *cuidado* relaciona-se a uma dimensão mais física, de ordem material (corpo, higiene, medicina, etc...) e *souci* a uma dimensão mais psíquica, de natureza mais espiritual, uma inquietação; “ao lermos ‘cuidado de si’, devemos ter em conta esse sentido menos usual no português corrente do cotidiano, compreendendo cuidado como uma inquietude, uma inquietação, uma preocupação consigo mesmo.” Além disso, é preciso considerar que “o termo *epimeleia* não designa simplesmente uma preocupação, mas todo um conjunto de ocupações [...]”.

Desse modo, a semântica por trás da expressão *cuidado de si*, encontra-se impregnada por características culturais de uma época longínqua que incorpora elementos diversos àqueles que uma simples leitura pode trazer. Complementando esse percurso de significados, compreendemos que a relação entre *inquietação* e *ocupação de si* está entrelaçada no que diz respeito à atenção sobre o que se passa em si mesmo e fora de si mesmo. Para poder agir, o indivíduo, não pode perder o contexto sobre as vontades pertinentes ao próprio mundo interno, sem afastar-se do mundo externo. Ou seja, existe uma reflexão/ação, um trabalho que se desenvolve na observação e ação sobre si mesmo, congregando diferentes ocupações que designam a deliberação sobre as atividades a serem desempenhadas.

É preciso estar inquieto consigo mesmo, atento ao que se passa consigo, para que se possa agir, transformar-se. Foucault destaca a importância de conhecer a si mesmo, para que se possa cuidar de si, estabelecendo o vínculo entre dois princípios: o *gnothiseauton* (conhece-te a ti mesmo) e *aepimeleiaheatou*. E tal trabalho sobre si mesmo só é possível através de uma espécie de conversão: um trabalho de conversão a si mesmo, isso é, mudar o foco do mundo exterior para si mesmo sem, claro deixar de estar atento ao mundo. (GALLO, 2014, p. 7)

Para Gallo (2019) é por meio desse processo que pode ocorrer a ação de subjetivação, no que diz respeito a uma ética que se estabelece pela própria construção de si, numa relação de atenção e ação sobre si mesmo. Nesse sentido, vislumbramos que a constituição de si está atrelada não somente ao ato de pensar, mas também na ação sobre si mesmo. Isto é, a preocupação consigo mesmo congrega elementos sobre os saberes “de si mesmo” e sobre o poder “sobre si mesmo” exercido nas próprias ações e nas ocupações que se exerce junto a outros seres humanos. Numa conduta que não está isenta do controle externo, mas que não dispensa o diálogo interior sobre as próprias maneiras de se conduzir.

Essas construções feitas por Foucault acerca do *cuidado de si* como preocupação e ocupação consigo mesmo gera algumas questões quando nos encontramos diante dos desafios do *ensino remoto*: Como proceder com uma *ocupação de si*, quando o docente está envolvido por *ocupações contínuas* (fora de si), que espremam seu tempo rumo às adequações da contemporaneidade e, agora, às adequações ao *ensino remoto*, decorrentes da pandemia? Que tipo de subjetivação o docente é capaz de fazer se é tomado, quase que exclusivamente, por uma enxurrada de atribuições que lhe excedem ao controle sobre seu próprio tempo? Como adaptar-se ao novo cenário, sem precarizar a sua atuação e sua vida?

Não podemos trazer as mesmas práticas gregas à atualidade, mas compreendemos que podemos fazer crítica a tudo que nos é imposto, considerando, ainda, possibilidades de expansão dessas práticas, que se estenderiam da exceção à rotina, com o discurso da crise permanente. Por isso, fazem-se necessárias reflexões intensivas sobre essa nova forma de atuação e revisão das ocupações e atribuições geradas pela pandemia.

Se nos deixarmos dominar pelo controle de uma biopolítica que nos cerca com jogos

de verdade para a concretização de resultados envoltos em métricas cada vez mais difíceis de atingir e de se adaptar, teremos condições de conduzir nossas vidas de modo a não sermos mais prejudicados pelo desencadeamento do *coronavírus* e, ainda, pelo *vírus* do acúmulo de tarefas e esquecimento de si mesmo?

São indagações que visam a desacomodar o pensamento e a ação sobre implicações que se acumulam e acumulariam no já desgastado panorama da educação, que atingem não somente nós docentes, mas também, incidem sobre discentes e a sociedade de modo geral. Se quisermos transformações, precisamos pensar a partir de nós mesmos, enquanto agentes de ações que nos constituem e constituem aos outros, mas que também podem constituir outras atitudes de resistência àquilo que se torna prejudicial à vida.

A falta de tempo e de controle sobre a vida privada; o achatamento financeiro dos salários docentes; o uso dos próprios recursos; a necessidade de constante atualização e adaptação ao novo *modelo*; e, as *ocupações contínuas* são algumas implicações visíveis na atual condição preconizada pela necessidade de *ensino remoto*. Assim, pensamos no *cuidado de si* no sentido de *preocupação* e *ocupação de si* ininterruptas, como ponto de alerta e resistência face a uma proposta emergencial, mas não prorrogável como sintoma e sinônimo de crise.

Palavras-chave: Atuação docente. Cuidado de Si. Ensino Remoto.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção e genealogia do poder. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 108, jan./jun. 2014, p. 21-39. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbep/article/download/P.0034-7191.2014v108p21/14689/>. Acesso em 31 de maio de 2020.

BRASIL. **Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em 05 de junho de 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 3 v.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GALLO, Sílvio. Michel Foucault e a construção conceitual do cuidado de si. In: Dossiê – cuidado de si no último Foucault – Apresentação. **Linha Mestra**, n. 37, p. 5-12, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina. S.A., 2020.

SILVA, Frederiko L. In: Fragmentos da educação brasileira. **ANPED**, 2020. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/fragmentos-da-educacao-brasileira>. Acesso em 02 de junho de 2020.

